

Procedimento concursal comum destinado à ocupação imediata de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal, da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Engenharia Química (CNAEF 524), para exercício de funções na Divisão de Qualificação Ambiental

ATA N.º 7

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 14h20, reuniu, por meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal, da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Engenharia Química, para exercício de funções na Divisão de Qualificação Ambiental (DQAM), aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 19 de setembro de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 1034/2023, e publicado sob o Aviso n.º 22799/2023, no Diário da República n.º 228, 2.ª série, e na Bolsa de Emprego Público com a oferta OE202311/0874, ambos de 24 de novembro.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente – Sílvia Isabel Pinto Duarte, Chefe da Divisão de Qualificação Ambiental.

Vogal Efetivo:

2.º Vogal – Luísa Andrade, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade.

Vogal Suplente:

1.º Vogal - Carolina Storch, Técnica Superior da Divisão de Qualificação Ambiental.

1. A reunião do Júri teve por objeto deliberar sobre a elaboração do projeto de lista unitária de ordenação final, após a aplicação da totalidade dos métodos de seleção que compuseram o presente procedimento concursal.

2. Em conformidade com o disposto no artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (de ora em diante LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e no artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (doravante designada, apenas, por Portaria), foram aplicados os métodos de seleção obrigatórios “Prova de Conhecimentos” e “Avaliação Psicológica” à totalidade dos candidatos.

3. A “Entrevista de Avaliação de Competências” foi, ainda, aplicada enquanto método de seleção facultativo, ao abrigo do preceituado no n.º 4 do artigo 36.º da LTFP e n.º 2 do artigo 18.º da Portaria.

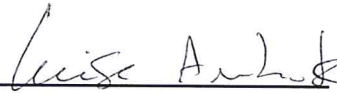
4. Apreciadas as candidaturas formalizadas, os candidatos que não reuniam os requisitos de admissão foram notificados para, em sede de audiência prévia, virem pronunciar-se, querendo, sobre a intenção do Júri de os excluir, tal como resulta do disposto do n.º 4 do artigo 16.º da Portaria.
5. Decorrido o prazo estipulado para o efeito, verificou-se que somente uma candidata apresentou uma exposição em sede de audiência prévia, tendo os fundamentos da mesma sido analisados bem como a decisão do Júri sido vertidos na Ata 3, entretanto, publicada na página eletrónica do Município.
6. A "Prova Escrita de Conhecimentos" foi aplicada nos dias 07 e 25 de março do corrente ano e os respetivos resultados foram publicados no Anexo I da Ata 4 e publicitados, em devido tempo, no sítio da internet da Autarquia.
7. A "Avaliação Psicológica" realizou-se no passado dia 19 de abril e foi aplicada aos candidatos aprovados no método de seleção anterior pela empresa "Thomas Portugal", por não se ter afigurado possível a sua realização pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.
8. Por último, no passado dia 20 de maio promoveu-se a aplicação, à totalidade dos candidatos aprovados na avaliação psicológica, do método de seleção facultativo, a "Entrevista de Avaliação de Competências" cujos resultados se encontram reproduzidos no Anexo I da Ata 6 que irá ser publicada na página eletrónica da Edilidade.
9. Considerando que dos 3 candidatos convocados para este método de seleção, um não compareceu e os outros dois lograram uma valoração inferior a 9,5 valores, o presente procedimento concursal considera-se deserto tendo o Júri determinado que havia que proceder à elaboração do projeto de lista de ordenação final, o qual se encontra vertido no anexo I da presente Ata que, para todos os efeitos, se considera parte integrante desta.
10. Posto isto, deliberou, também, o Júri, notificar os candidatos para, em sede de audiência prévia, dizerem o que se lhes oferecer sobre o projeto de lista unitária de ordenação final, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma legal, dispondo, para o efeito, de um prazo de dez dias úteis.
11. Determinou-se, ainda, que qualquer alegação neste âmbito deverá ser efetuada mediante a utilização de formulário tipo, disponível na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais, em https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_de_participacao_de_interessados.pdf, podendo o processo do concurso ser consultado junto do Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Joaquim Manuel de Avelar, n.º 118, Piso 1, 2750-281 Cascais, todos os dias úteis das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, mediante marcação prévia.
12. A final, o Júri decidiu remeter para publicitação na mesma página eletrónica, na subárea dos Recursos Humanos, <https://www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos>, o sobredito projeto de lista unitária de ordenação final.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 14h55, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Assinado por: **Sílvia Isabel Pinto Duarte**
Num. de Identificação: 09554233
Data: 2024.05.29 09:46:57+01'00'

Presidente



2.º Vogal Efetivo

Assinado por: **Carolina Couto Gonçalves Ferreira Storch**

Num. de Identificação: 11195023
Data: 2024.05.29 10:14:52+01'00'

